

A Europa antes dos europeus?

Publicação: [O Mundo em Português Nº62](#)

Data de Publicação: Junho/Julho de 2006

Autor: Vicente Jorge Silva

A 2 de Maio passado, no mesmo dia em que a Comissão Europeia divulgava o primeiro balanço sobre o alargamento da Europa a 25 – celebrado como um assinalável sucesso para os novos e antigos Estados membros da União –, Timothy Garton Ash afirmava numa conferência em Lisboa: «A Europa já foi feita, precisamos agora de fazer os europeus. A não ser que façamos mais europeus, corremos o risco de que desapareça aquilo que já foi feito na Europa».

Garton Ash tem um notável sentido da fórmula, só que ela pode ser facilmente invertida. Se precisamos agora de fazer os europeus, não será caso para nos perguntarmos que Europa é essa que, pelos vistos, foi feita sem – ou antes – dos europeus? A Europa precede os europeus ou deveriam os europeus preceder a Europa? Não deveria ser a consciência prévia de uma identidade europeia a introduzir consistência material e espiritual na ideia e no projecto europeus? Fará sentido construir a casa e só depois inventar as pessoas para habitá-la? Construir primeiro a forma e só depois encontrar o conteúdo? Partir do exterior para o interior e não do interior para o exterior?

Receio que o optimismo histórico de Garton Ash sobre a Europa – o qual de resto partilhei, durante longo tempo, com intensa paixão romântica – e o optimismo retórico da Comissão Europeia se encontrem hoje dramaticamente deslocados face ao mal-estar e o cepticismo profundos que crescem por este Velho Continente fora, designadamente entre os Estados fundadores e motores tradicionais da União. No momento em que a Comissão celebra o alegado sucesso da Europa a 25 (não estão causa os indicadores de sucesso, só que se trata de um sucesso avaliado numa perspectiva estritamente unidimensional), que é que verificamos? Verificamos que os fundamentos e a coesão do projecto europeu estão ameaçados de erosão, e que a própria realidade material mais concreta da União – a moeda única – começa já a ser questionada (e tenderá a sê-lo, suspeito, cada vez mais, se os Estados em maiores dificuldades de cumprir as regras orçamentais não encontrarem saída para elas).

A Europa já fez sonhar, mas a esplêndida idade da inocência acabou irremediavelmente. A famosa alma europeia, o espírito europeu que ainda há anos atrás inflamavam tantas imaginações parecem reduzidos a uma preciosidade quase kitsch, descarnada e desanimada. A Europa é vista hoje, cada vez mais, como um mero espaço mercantil e um instrumento utilitário, sobretudo por aqueles que a ela chegaram mais recentemente. Ao mesmo tempo, tornou-se um fardo pesado que se carrega com manifesta contrariedade, uma entidade que suscita insegurança e impotência, um pretexto para justificar os bloqueios e as crises internas de vários Estados membros, não apenas no plano económico mas também no que se refere à sustentabilidade do «modelo social» e, finalmente, à imigração, área onde as crispações xenófobas ameaçam desenvolver-se.

É sintomático que uma tentativa crucial de resposta ao défice político e democrático da União, o Tratado Constitucional, tenha sido claramente rejeitada em dois países nevrálgicos do projecto europeu, a França e a Holanda. Ora, a questão é que esse défice político e democrático já se tinha prolongado tempo demais, e que a existência de uma Europa bicéfala (um monstro económico e um anão político) foi sendo progressivamente interiorizada como um facto insolúvel por uma massa crescente de cidadãos europeus.

O alargamento sem aprofundamento prévio do núcleo mais consistente da União diluiu ainda mais a coerência e a coesão política do edifício comunitário. Construíram-se novos andares sobre fundações a que faltava a solidez do cimento, numa empreitada voluntarista sem verdadeiro plano arquitectónico. Entretanto, o Tratado Constitucional, pensado para responder à falta de espessura política e ao défice democrático europeu, teve um laborioso processo de redacção que gerou um novo monstro. Pior do que isso: o Tratado-fantasma que quase ninguém lera acabou por alimentar os argumentos mais demagógicos e populistas de rejeição (embora os incuráveis europeístas, como eu, estivessem dispostos a votar a seu favor em desespero de causa – o que é, como se sabe, o mais constrangedor dos motivos).

Se apenas um escassíssimo número de iniciados se predispôs a ler o Tratado foi porque tudo parece ter sido feito para que ele fosse literalmente ilegível. Também por causa disso, em vez de proporcionar mobilização e adesão, o Tratado afastou os cidadãos e alimentou neles o sentimento de que o castelo europeu – por mais democrático e transparente que pretendesse vir a ser – se mostrava afinal definitivamente opaco e intangível. Assistimos assim a um clássico efeito de boomerang, ao feitiço que se volta contra o feiticeiro. A pedra de toque da Europa política, da democratização e da

transparência das suas instituições, o documento federador de uma afirmação transnacional que desse conteúdo à Europa como potência, virou-se contra os propósitos dos seus criadores. Em vez de promover um sentimento de euro-optimismo, deu rédea solta à expansão do sentimento eurocéptico. Mas o mais extraordinário ainda é que quase ninguém, entre as elites dirigentes europeias, se tivesse dado conta disso, como se estivesse inscrita neste percurso – como, aliás, em tantos outros que têm marcado o processo europeu – a fatalidade de uma lógica cega, um ensimesmamento irreduzível, uma incapacidade de prever os riscos evidentes de tal deriva. É a Europa-laboratório funcionando em circuito fechado, encerrada nas construções abstractas dos seus artífices, sobranceira e insensível aos sinais do mundo exterior, de costas voltadas para a vivência concreta dos cidadãos.

Pode dizer-se que o Tratado Constitucional está morto e enterrado, que é preciso aprender com as lições do seu fracasso, encontrar saídas para o impasse e dar à Europa um novo élan. Como europeísta confesso e optimista histórico que ainda sou, gostaria genuinamente de acreditar nisso. Só que não encontro na actual paisagem europeia sinais minimamente animadores que sustentem o chamado «optimismo da vontade». E a questão já ultrapassa, de longe, a querela constitucional, a discussão sobre o défice democrático, a reforma das instituições comunitárias e a criação de uma entidade com forte legitimidade representativa para encarnar a vontade comum de uma Europa-potência e polo de equilíbrio no mundo globalizado de hoje.

O agravamento das crises nacionais no interior do velho núcleo duro europeu (de que é paradigmático o caso francês) aponta claramente para um bloqueio durável da União. E não parece que a actual geração de dirigentes europeus – que até agora se mostrou incapaz de apresentar respostas para os impasses internos e externos – esteja à altura do sobressalto indispensável à revitalização da ideia europeia. Encontramo-nos ainda longe, infelizmente, do «cérebro europeu» desejado por Garton Ash. Em contrapartida, e citando novamente o historiador britânico, «corremos o risco de que desapareça aquilo que já foi feito na Europa».